



Paul Ricoeur e a ciência: uma contribuição hermenêutica ao debate sobre o conhecimento científico

Saulo Costa Val de Godoi

UFMG – FAFICH

Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História

saulocvg@terra.com.br

RESUMO: O presente estudo se propõe, inicialmente, a apresentar um breve histórico do debate referente à gênese do conhecimento científico para, no momento posterior, expressar sua tese principal: a de que o modelo hermenêutico da experiência construído pelo filósofo Paul Ricoeur, vem, mesmo que além das pretensões do autor a esse respeito, oferecer uma contribuição importante para a questão da gênese do conhecimento científico e da possibilidade do conhecimento histórico. O principal foco da análise é a obra de Ricoeur *Tempo e Narrativa*, tomos I e III, embora outros momentos do percurso filosófico do autor nos prestem auxílio no itinerário que pretendemos seguir.

PALAVRAS-CHAVE: Ricoeur, Hermenêutica, Ciência.

Abstract: This study aims, initially, to present a brief history of the debate regarding the genesis of scientific knowledge to, later, express its main thesis: that the hermeneutic model of the experience built by the philosopher Paul Ricoeur, even beyond the author's claims in this regard, provides an important contribution to the question of the genesis of scientific knowledge and the possibility of historical knowledge. The main analysis in Ricoeur's work is focused in *Time and Narrative*, volumes I and III, although other moments in the author's philosophical path provides support on the journey we meant to follow.

KEYWORDS: Ricoeur, Hermeneutic, Science.

O problema epistemológico referente à gênese do conhecimento científico se estende em uma antiga e longa querela, com vários episódios célebres. Temos, oriunda desse longo percurso, uma série de dicotomias criadas na literatura da ciência, tais como os debates interno-externo, natureza-cultura, objetividade-subjetividade, natural-social¹, cientificismo-historicismo. A natureza da questão se encontra na tentativa, por parte das chamadas *Soft Sciences*, de compreender, segundo seus termos, o fundamento e a origem da produção científica, tanto de suas próprias disciplinas como também das *Hard Sciences*. O que está em jogo, nesse debate, é a

¹ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica? In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 9º, 2008, São Paulo. São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH/SP, 2008, p. 2.



famigerada relação sujeito-objeto ou, em outros termos, a relação ciência-natureza. Como nos diz o autor Mauro Lúcio Leitão Condé a respeito dessa trajetória:

Com efeito, de finais do século XIX e ao longo do século XX, a historiografia da ciência baseou-se em diferentes pressuposições epistemológicas que variaram de um positivismo ingênuo – que afirmava ser o papel da história apenas descrever um fato – a um socioconstrutivismo radical – no qual o fato seria, sob muitos aspectos, algo secundário.²

O presente estudo se propõe, inicialmente, a apresentar um breve histórico desse debate para, no momento posterior, expressar sua tese principal: a de que o modelo hermenêutico da experiência construído pelo filósofo Paul Ricoeur, vem, mesmo que além das pretensões do autor a esse respeito, oferecer um rebento frutífero para a questão da gênese do conhecimento científico e da possibilidade do conhecimento histórico.

Já desde Karl Mainheim – sociólogo de origem húngara que inaugurou a sociologia do conhecimento no século XX – paira, sobre ele, a acusação de que o relativismo sócio-histórico, que compreende o conhecimento científico em termos sociais, seja incapaz de tratar da produção efetiva e concreta da ciência³. A tentativa ousada do autor, ao considerar não apenas o caráter social do conhecimento, mas postulando-o também como portador de historicidade, não ficou sem resposta. Em contraposição, teóricos das *Hard Sciences*, a exemplo dos neopositivistas do Círculo de Viena⁴, insistiam na objetividade de seu conhecimento e na relação direta, ou pelo menos intermediada por instrumentos próprios, do sujeito com o objeto ou, colocado de outra forma, do observador com os fenômenos da natureza. O conflito entre essas duas posições divergentes já se colocava com visibilidade desde a década de 1920.

Após a empreitada de Mainheim, a retomada do relativismo de maior impacto⁵ se deu, por assim dizer, em 1962, com o primeiro ensaio de Thomas S. Kuhn – em um enfoque mais historizador – e foi encabeçada, posteriormente e em grande parte, por um “programa forte de sociologia do conhecimento”, de David Bloor e S. B. Barnes, que se consolidou como um novo e radical relativismo⁶. A partir dele, são inauguradas as bases de uma nova sociologia do conhecimento, a exemplo da SSK (Sociology of Scientific Knowledge) e da SSS (Social Studies of Science). O “fato” e o “real” foram veementemente colocados entre aspas nessa perspectiva, tornando a objetividade um acordo entre agentes sociais, despindo-a dos adornos de um suposto

² CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org). *Ciência e Cultura na História*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2006, p. 10.

³ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?, p. 2.

⁴ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?, p. 2.

⁵ Falamos “maior impacto” porque, entre Manheim e Kuhn, estão situadas uma série de propostas externalistas, elaboradas por diversos sociólogos, com maior destaque para o norte americano Robert K. Merton.

⁶ BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.



realismo radical, no qual o mundo concreto e a verdade científica estão situadas fora do sujeito. A historicidade do conhecimento científico também tornou a ser evidenciada nessa perspectiva, questão que gerou uma nova negação por parte dos críticos do relativismo. A historização e a sociologia do conhecimento científico, inaceitáveis para um positivismo resistente – presente na epistemologia e na prática das *Hard Sciences* – foram novamente rejeitados.

O debate ganhou um novo elemento com a chegada dos anos 1970. O elemento em questão foi denominado por *linguistic turn*, que considerou a linguagem como a matriz constitutiva da realidade social. A sociedade se constrói, nessa concepção, a partir do discurso e de seus agentes discursivos, e tal perspectiva vem endossar o relativismo radical. O pressuposto, tomado inocentemente, de que a palavra oferece um acesso direto ao “real”, foi atacado. A linguagem perde a ligação forte com o mundo concreto, deixando desaparecer seu referente e passando a ser concebida como portadora de significados incertos e polissêmicos. A noção de realidade como puramente linguística e social lança um questionamento contundente ao realismo científico, que começa a ser considerado com suspeita e ceticismo. O mundo torna-se, nessa visão, essencialmente texto e, em uma perspectiva mais radical, a separação entre ficção e realidade é demolida. Tem início aí o desabamento da trilogia significado-significante-referente.⁷

Desse modo, a virada linguística ofereceu um embaraço aos defensores de um empirismo inocente e irreflexivo embora tenha, por outro lado, aguçado o problema do relativismo, agora de caráter linguístico. “Tudo é linguagem”; “vivemos em um mundo de textos e símbolos, somente”, nos diz essa concepção epistemológica.

É nesse contexto que surge, no debate historiográfico, o emblemático Hayden White e sua obra *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. White, no capítulo O Texto Histórico como Artefato Literário, rompeu em definitivo com a barreira que separava a História, com sua pretensão à verdade, da literatura, com sua pretensão ficcional. Assim se resume sua tese principal:

(...) de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.⁸

A distância entre as narrativas histórica e ficcional é contundentemente abalada por White. Sua crítica, em última consequência, questiona a possibilidade do próprio conhecimento histórico, trancando a epistemologia da História em uma jaula de linguagem da qual não se

⁷ MAIA, Carlos Alvarez. Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?, p. 5.

⁸ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 98.



conhece a saída. Nesses termos, a disciplina perde seu referente no real, no mundo concreto. A História perde, nesse arcabouço teórico, o estatuto de conhecimento que versa sobre os fatos ocorridos, dado que a relação entre a experiência vivida e a narração, em Hayden White, foi rompida, tal como a relação natureza e ciência fora igualmente abalada durante todo o contexto da virada linguística.

Muitos autores tentaram recolocar a objetividade do conhecimento científico e histórico em melhores termos, após os imbróglis trazidos pelo relativismo linguístico. É nesse momento que convocamos ao debate o filósofo Paul Ricoeur, para tratar de um momento relevante de sua trajetória filosófica: a obra *Tempo e Narrativa*. A tentativa central de Ricoeur, nesse livro, é traçar uma relação dialética entre a temporalidade – tomada como a condição ontológica da vida humana – e a narrativa. A base da articulação está na relação, construída pelo autor, entre “a análise agostiniana do tempo nas *Confissões* e a análise aristotélica na *Poética*”⁹. Como veremos, o resultado dessa elaboração, que relacionou o *ser-no-tempo* e a narração, não apenas oferecerá uma resposta para as aporias do tempo como, além disso, servirá – para além do intuito do próprio Ricoeur – como um argumento importante no quadro que apresentamos até aqui, a saber, a viabilidade de uma concepção do conhecimento científico e histórico que não caia em um empirismo inocente nem em um relativismo improdutivo.

50

Inicialmente, Ricoeur justifica sua empreitada. O autor assim abre o terceiro capítulo de sua obra, no qual pretende elaborar a relação até então apresentada entre o tempo e a narrativa:

É chegado o momento de ligar os dois estudos independentes que precedem e de por à prova minha hipótese de base, a saber, que existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras, que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.¹⁰

A existência temporal, em Ricoeur, é um estado de angústia, no qual se vive dispersa e caoticamente entre inúmeros eventos da experiência. A temporalidade, em sua conjuntura, é uma condição fragmentada, que se estende no passado, presente e futuro, mergulhada em múltiplos episódios vazios de significado intrínseco. A vivência no tempo é, em outras palavras, paradoxal e

⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 85.

¹⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 85.



carece de uma articulação para que ganhe sentido. O ser-no-tempo é, portanto, em sua conjuntura geral, um estado de dissonância.¹¹

A partir daí, a narração ganha sua maior relevância: ela é uma unidade de linguagem capaz de organizar, de dar ordem, de conferir sentido, de reunir e de oferecer consonância à experiência vivida. Ela, embora não seja capaz de dissolver o paradoxo temporal, pode oferecer auxílio à sua compreensão. A operação com a qual a narrativa confere conformidade à temporalidade é chamada de “por-em-intriga” pelo autor. A vivência no tempo, na medida em que é transformada em narração, tem seus inúmeros eventos selecionados e encadeados em uma linha de sucessão. Essa configuração de eventos isolados e anteriormente dispersos no tempo constrói, por sua vez, um significado, uma tessitura que conecta experiências dispersas e as organiza.

Desse modo é possível dizer que a narração torna o mundo da experiência inteligível e compreensível. De outro modo, não seria possível um entendimento do mundo vivido.

A partir desse momento, após argumentar que a temporalidade não apenas pede, como também necessita ser narrada – do contrário o paradoxo da experiência temporal seria demasiadamente insuportável e carente de significado –, Ricoeur pretende estabelecer a ligação entre tempo e narrativa, por meio de uma *hermenêutica da experiência*. Esse modelo tem o objetivo de agir como um mediador entre o mundo da experiência prática, a narração e sua recepção¹². O grande intuito é o de estabelecer uma mediação possível entre o tempo – fugidio e efêmero – e a narrativa – que pode operar a fixação temporal.

Seu modelo hermenêutico possui três etapas distintas: Mimese 1; Mimese 2; Mimese 3¹³. Em resumo, temos que em M1, que é o mundo da práxis, da experiência vivida, da ação e da temporalidade, há também a condição de pré-figuração textual, da qual trataremos a seguir. Em M2 se dá a configuração textual de fato, ou seja, a narração organiza, conforma e transforma a experiência vivida de M1 em texto. Em M3 se dá o momento da receptividade do texto ou, no aspecto individual, o momento da leitura, no qual o autor não mais se manifesta, mas o leitor se apropria do que leu, interpreta, agindo como co-autor do texto. Nesse estágio, a recepção do texto representa um ganho de sentido para o leitor e, portanto, em M3 se configura uma nova

¹¹ Ricoeur não toma essa consideração inocentemente. Ele não postula que a vivência temporal seja, em sua totalidade, dissonante, em contra-posição à narração, que seria plenamente consonante. O autor faz considerações detalhadas sobre esse tema na p. 112 de *Tempo e Narrativa* – Tomo I. No presente estudo, porém, tal problemática não se constitui como foco principal e, portanto, não será explorada.

¹² RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 87.

¹³ O termo “mimese”, ou “mimesis”, provém da teoria aristotélica sobre o fazer poético, a saber, que a configuração da poesia objetiva criar uma imitação – ou representação – da ação por meio da linguagem métrica.



M1. Como se trata de uma tese hermenêutica, portanto portadora de um caráter circular – porém não tautológico, dado que o ganho de sentido garante uma progressão e não um retorno ao mesmo ponto – concebemos então o modelo ricoeuriano como uma “espiral” hermenêutica. O autor José Carlos Reis considera a proposta hermenêutica em questão como dotada de um movimento “circular-espiral” que, em suas palavras, “nunca se resolve em uma síntese absoluta”¹⁴. O próprio Ricoeur assim comenta sobre a circularidade de sua proposta, logo nas primeiras páginas de *Tempo e Narrativa*:

É inegável que a tese apresenta um caráter circular. É, afinal, o caso de qualquer asserção hermenêutica. (...) Vamos nos esforçar, no capítulo 3, em demonstrar que o círculo entre narratividade e temporalidade não é um círculo vicioso, mas um círculo saudável, cujas duas metades se reforçam mutuamente.¹⁵

A interpretação e apropriação do sentido do texto, nos diz Ricoeur, gera uma nova prática e uma alteração no mundo vivido. Não somos os mesmos antes e após uma leitura significativa. Este resumo, contudo, não é suficiente para que se possa notar tanto o alcance como também as implicações dessa espiral e nos funciona apenas como uma apresentação anterior a uma análise mais cuidadosa.

Em mimese 1 se dá o ponto de partida da espiral e do projeto de Ricoeur. Esse é, como definimos, o estágio da pré-figuração textual. Essa definição se apóia em uma anterior, a saber, a de que a vivência temporal está ancorada em uma pré-compreensão do mundo¹⁶. A noção pré-figurativa é análoga à noção de cultura para os historiadores atuais. A cultura, entendida como uma chave de interpretação e apreensão do mundo, forma e constrói a noção de “real”. O que se diz, portanto, é que o mundo vivido – composto por símbolos, práxis e experiência – depende de uma compreensão compartilhada entre seus agentes para que ocorra comunicação, entendimento. Aqueles que não dispõem da mesma cultura – ou não compartilham minimamente símbolos comuns – não se compreendem. A pré-figuração textual, por sua vez, significa admitir que esse M1 é, todo ele, intermediado por símbolos e linguagem. Ou seja, por convenções, que carregam uma carga semântica compartilhada por membros da mesma cultura. A ação e a experiência, portanto, são vividas e realizadas por meio do significado simbólico atribuído a elas. Os agentes da ação atribuem significados ao seu agir e, por essa mesma razão, agem. Desse modo, a ação e a experiência estão, já desde sua gênese, em estado “pré-narrativo”, por assim dizer.

¹⁴ REIS, José Carlos. Teoria e história da “ciência histórica”: tempo e narrativa em Paul Ricoeur. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005, p. 99.

¹⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 15-16.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 101.



É necessário, nesse momento, entender como o autor concebe a tarefa da hermenêutica para tornar claros os pressupostos do modelo da experiência. Isso também tornará mais claro o significado da mimese 1. Ele assim define a hermenêutica:

Admito que o sentido primeiro da palavra “hermenêutica” diga respeito às regras requeridas pela interpretação dos documentos escritos da nossa cultura. Ao adotar esse ponto de partida, permaneço fiel ao conceito de *Auslegung*, tal como foi estabelecido por Wilhelm Dilthey; (...) [a hermenêutica] cobre apenas uma categoria limitada de signos, os que são fixados pela escrita, nela compreendidas todas as espécies de documentos e de monumentos que comportam uma fixação comparável à escrita.¹⁷

Temos, a partir daí, um problema. Se em M1 se dá o ponto de partida da espiral de Ricoeur considera como tarefa da hermenêutica a interpretação dos documentos escritos, não teríamos nós caído no mesmo relativismo linguístico de White e de toda a virada linguística? Estaria a M1 presa na mesma tautologia linguística que compreende um mundo construído somente por linguagem e no qual não se dispõe de uma ligação com o “real”?

Esse questionamento poderia colocar em xeque, desde o início, a espiral hermenêutica e toda sua validade. No entanto, em um momento posterior ao de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur, na obra *Do texto à ação, ensaios de hermenêutica II*, propõe que o ser-no-mundo não seja constituído apenas pela linguagem escrita, como também pela *ação significativa*. Tal ação compreende atos, criações, monumentos e rituais que imprimem ou inscrevem sua marca no tempo. Ele assim explica sua proposta:

Como se disse de uma forma metafórica, certas ações são acontecimentos que imprimem sua marca no tempo. Mas em que é que elas imprimiram a sua marca? Não será em alguma coisa de espacial que o discurso se inscreve? Como é que um acontecimento poderia imprimir-se numa coisa temporal? Mas o tempo social não é apenas alguma coisa que foge; é também o elo de efeitos duradouros, de configurações persistentes. Uma ação deixa um “rastros”, põe a sua “marca”, quando contribui para a emergência de tais configurações, que se tornam *documentos* da ação humana.

(...) Não se poderia dizer que a história constitui por si mesma o dossier da ação humana? A história é esta quasi-“coisa” em que a ação humana deixa um “rastros”, põe a sua “marca”. Daí a possibilidade dos “arquivos”. Precedendo os arquivos intencionalmente postos por escrito pelos memorialistas, há o processo contínuo de “registro” da ação humana que é a própria história enquanto soma das “marcas”, cujo destino escapa ao controle dos autores individuais. A história, a partir daí, pode aparecer como uma entidade autônoma, como um jogo entre actores que não conhecem a intriga. (...) Graças a esta sedimentação no tempo social, as ações humanas tornam-se “instituições”, no sentido de que a sua significação já não coincide com as intenções de seus agentes.¹⁸

¹⁷ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: RÉ S Editora, 1976, p. 185.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*, p. 195-196.



Nesse momento, Ricoeur se afastou da virada linguística, ao considerar a ação e texto como passíveis da mesma chave de leitura e interpretação. Ele reforça essa tese, ao postular que se “(...), com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada”.¹⁹

Desse modo, nossa M1 é constituída, sem dúvida, pelo mundo da linguagem. Contudo, a linguagem e o texto, aqui, são entendidos não apenas como a escrita, mas também como as ações que se inscrevem no tempo e deixam seus rastros. O mundo da pré-figuração textual é, portanto, composto pela ação, pelo mundo prático e pelo vivido. Por essa razão dissemos, desde o início, ser M1 um estágio que compreende, em si mesmo, tanto o mundo simbólico como o mundo da práxis e da ação. As ações significativas e toda a vivência temporal, por sua vez, ascendem ao próximo estágio da espiral hermenêutica, a M2.

Em mimese 2, temos o texto em si. O rebento da experiência vivida que é organizada, configurada e transformada pelo texto. Os eventos de M1 são selecionados e organizados em uma intriga narrativa ou, em melhores termos, em um enredo. A tessitura dessa intriga atua, para Ricoeur, como mediadora da relação entre o vivido, em M1, e a recepção dessa experiência, em M3 – que configurará uma nova M1. A mediação também se dá entre os fatos ocorridos e uma história que versa sobre eles. Nas palavras do autor:

Colocando mimese II entre um estágio anterior e um estágio ulterior da mimese, não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero compreender melhor sua função de mediação entre o montante e a jusante da configuração. Mimese II só tem uma posição intermediária porque tem uma função de mediação. (...) A intriga (...) faz mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como um todo. Quanto a isso, pode-se dizer equivalentemente que ela extrai uma história sensata de – uma pluralidade de acontecimentos ou de incidentes (os *pragmata* de Aristóteles); ou que transforma os acontecimentos ou incidentes em – uma história. As duas relações recíprocas expressas pelo *de* e pelo *em* caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e a história narrada. Em consequência, um acontecimento deve ser mais que uma ocorrência singular. Ele recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, deve ser mais que uma enumeração de eventos numa ordem serial, que deve organiza-los numa totalidade inteligível, de tal sorte que se possa sempre indagar qual é o “tema” da história. Em resumo, a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração.²⁰

A composição da intriga consiste, portanto, na junção de fatores e acontecimentos que são heterogêneos e não estão co-relacionados. Trata-se de uma síntese do heterogêneo²¹. Essa relação é criada a partir da linha narrativa, que atua como uma ligação entre eles. Nesse momento,

¹⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 91.

²⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 102-103.

²¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 106.



novamente, nota-se a distância entre o argumento de Ricoeur e o de Hayden White. Para White, a seleção de eventos que compõem um texto histórico é uma operação meramente imaginativa²², próxima ou irmã à da literatura de ficção. Em Ricoeur, essa configuração dos eventos se dá também composta pela imaginação mas, sobretudo, *a partir* da experiência e do mundo prático, tanto em relação à História como em relação à Literatura. A narração, qualquer que seja o pacto pretendido por ela, tem suas origens no mundo vivido e se remete a ele, por mais fantasiosa e ficcional que possa parecer inicialmente. A relação de M2 com M1 é, portanto, a de conferir inteligibilidade à vivência temporal. Contudo, a inteligibilidade pretendida ainda necessita de mais um estágio para se concluir: M3.

Em mimese 3 ocorre a recepção da narrativa de M2 por parte de um leitor ou ouvinte. Nas palavras de Ricoeur, “a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III”²³. A recepção da produção de M2 não é, contudo, integral e idealizada. Com efeito, a realização do sentido, pretendida em M2, só se efetuará em M3, concluído o ato de leitura. O que se quer dizer, em outros termos, é que a experiência vivida e organizada em texto só ganhará sentido em seu leitor e receptor. Desse modo, a tessitura da intriga é, de certa forma, também realizada em M3, na medida em que o ato de leitura e de interpretação é, por si mesmo, um ato de apropriação e de seleção. O ouvinte ou leitor, nas palavras de Ricoeur, recebem a narração de acordo com “sua própria capacidade de acolhimento”²⁴, o que, portanto, significa que o leitor recebe o sentido do texto segundo seu olhar particular, mediado pelo seu contexto histórico, sua sociedade e, afinal, sua cultura. O leitor atua, portanto, como um co-autor do texto, atribuindo à produção de M2 significados e relevâncias singulares. A após a leitura e sua significação, a espiral continua e, a partir daí, configura-se uma nova mimese 1, diferente da inicial. Isso significa que uma leitura significativa representa um ganho de sentido e uma mudança no leitor que, a partir dela, viverá sua temporalidade em novos termos, realizando novas ações. Além disso, a capacidade da leitura em transformar e provocar novas práticas, experiências e ações é a base do argumento que sustenta a idéia de que o modelo hermenêutico de Ricoeur não é tautológico e sim progressivo.

Se não estamos, de fato, diante de uma tautologia, é possível indagar, em seguida, qual seria a direção ou, ainda, a linha de chegada dessa operação hermenêutica. Ricoeur, em *Tempo e Narrativa: tomo 3*, responde a essa questão nos seguintes termos:

²² WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, p. 100.

²³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*, p. 110.

²⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I*, p. 119.



Hegel à parte, podemos ainda pretender pensar a história e o tempo da história? A resposta seria negativa se a idéia de uma “mediação total” esgotasse o campo do *pensar*. Permanece uma outra via, a da *mediação* aberta, inacabada, *imperfeita*, a saber, uma trama de perspectivas cruzadas entre a expectativa do futuro, a recepção do passado, a vivência do presente, sem *Aufhebung*, numa totalidade em que a razão da história e sua efetividade coincidam.²⁵

O que está em jogo, nesse ponto, é a problemática noção de “síntese total” da consciência que se encontra, por exemplo, em Hegel. Se esse fosse o corolário da proposta de Ricoeur, então seria preciso admitir que bastaria uma narrativa, em relação a uma dada M1, para se obter um ganho objetivo e pleno de sentido, não havendo necessidade, portanto, de se narrar e re-narrar a mesma experiência. A implicação disso, para o conhecimento histórico, seria nefasto: resultaria em dizer que, tal qual no sistema judiciário, historiadores esgotariam plenamente seus objetos de estudo, após a confecção de uma narrativa histórica sobre eles e, desse modo, “bateriam o martelo” sobre a questão, não existindo espaço para questionamentos e análises posteriores.

Ricoeur, portanto, se afasta da noção hegeliana de totalização do sentido. Ele nos fala em uma via longa da consciência, em mediações abertas, imperfeitas e inacabadas. Isso significa afirmar que as possibilidades de configuração narrativa sobre uma mesma experiência são múltiplas, abertas e não definitivas. Uma M1 pode, portanto, gerar múltiplas M2, a exemplo dos temas recorrentes nos estudos históricos que, mesmo já considerados clássicos, não deixam de suscitar constantes revisões e novos estudos. Isso confere à proposta o caráter “circular-espiral”, citado por José Carlos Reis e também adotado nesse estudo.

Concluído o itinerário da espiral hermenêutica de Ricoeur, a qual, desde o início, pretendíamos atravessar, cabe a questão: qual é a relação possível entre ele e a questão da gênese do conhecimento histórico e científico? Como o empreendimento ricoeuriano de estabelecer uma mediação entre a temporalidade e a narratividade pode servir à questão inicial aqui proposta?

A resposta torna-se mais clara quando retornamos à noção de narrativa de Paul Ricoeur e meditamos sobre ela. Nos diz o autor que “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”²⁶. Se a narração foi definida, por Ricoeur, como uma atividade que pretende sintetizar e organizar a práxis e a experiência vivida, não seria

²⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 359.

²⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo I, p. 15.



possível pensar que não somente a História e a Literatura, mas todas as ciências, a seu modo, seriam, essencialmente, narrativas sobre o mundo?

A contribuição de Ricoeur para o debate historiográfico é inegável: ele reafirmou a importância e o caráter narrativo da produção histórica, com isso se afastando dos *Annales* e sua “história-problema e estrutural”²⁷ e também evitando o relativismo da virada linguística.

Contudo, a sua contribuição para a questão aqui proposta depende de uma avaliação mais cuidadosa. Seria preciso considerar a espiral hermenêutica de Ricoeur – M1; M2; M3 – para a produção científica. Quais seriam as implicações dessa tentativa?

De início, seria preciso admitir que a observação dita empírica, a coleta de dados, o experimento em laboratório – ou fora dele – sejam, todos, fenômenos de M1. Essa primeira noção já poderia trazer problemas, considerando que definimos M1 como uma condição ontológica temporal, mediada pela linguagem, pelos símbolos, pela cultura. Ao mesmo tempo, também dissemos, em M1 está a práxis, a experiência vivida e a ação. Dessa forma, consideramos que a observação dos fenômenos, em M1, se dá, inevitavelmente, por meio de um processo interpretativo, o qual, por sua vez, está condicionado à conjuntura histórica, social e cultural. A ciência, em variados contextos históricos, fez observações diferentes em relação aos mesmos objetos, e também produziu diferentes aparatos para mediar essa observação.

Isso é por nós admitido porque a efetiva produção científica, realizada por meio de relatórios, artigos e livros, é um processo que se localiza em M2. Para fazermos tal asserção seria preciso flexibilizar ou lançar um novo olhar ao conceito de narrativa aqui proposto. Poderíamos considerar um relatório de um experimento científico como narração? Não seria essa, por outro lado, a essência de um relatório? A concatenação de eventos de um experimento, que foram observados e registrados, em uma configuração – ou nos termos de Ricoeur – uma intriga narrativa? Os eventos advindos da observação não seriam selecionados por sua relevância e organizados pelo relator, que produz um texto que pretende sintetizar o fenômeno observado?

O autor Júlio César Vitorino nos traz uma contribuição a esse respeito, ao escrever:

O texto técnico-científico, em geral, submete-se a regras análogas às estabelecidas para o texto literário, contudo algumas características peculiares lhe são atribuídas, entre as quais se coloca uma certa exigência de clareza, objetividade e concisão. Tais requisitos, contudo, além de nem sempre atuarem efetivamente na elaboração do texto escrito, muitas vezes são perturbados por fatores de toda ordem ao longo da história da sua recepção, de modo que o que hoje pode parecer claro em outro momento pode deixar de sê-lo, seja pela modificação dos hábitos linguísticos, seja pela variação de alguns detalhes do contexto. (...)

²⁷ REIS, José Carlos. Teoria e história da “ciência histórica”: tempo e narrativa em Paul Ricoeur, p. 93.



Esse discurso vale para qualquer obra escrita, incluindo o texto técnico-científico (...).²⁸

Ao focalizar, sob o mesmo escopo de análise, tanto o texto técnico-científico como o texto literário, o autor nos auxilia a manter a noção de que ambos possuem uma estrutura narrativa. O que os difere, essencialmente, é a natureza do pacto que pretendem estabelecer com seu leitor. Desse modo, a História e as ciências se aproximam por, fundamentalmente, objetivarem um pacto não ficcional – com pretensão à verdade e aos fatos – em suas configurações narrativas, ao mesmo tempo em que, sob esse aspecto, a Literatura se afasta de ambos.

Uma objeção, contudo, se torna evidente. As ciências, em sua totalidade, não se constituem somente de narrações. Reduzi-las apenas à operação narrativa incluiria grande parte de sua produção efetiva – tal como toda sorte de publicações, transcrições, relatórios, teses de mestrado e doutorado – mas excluiria, por outro lado, números, equações, gráficos, projeções, certos tipos de textos teóricos, classificações e categorizações, etc. Nesse ponto, é preciso propor uma noção mais abrangente que a pretendida inicialmente por Ricoeur para sua espiral hermenêutica. A proposta consiste em ampliar ainda mais a aplicação do modelo citado, reformulando seus termos originais e recolocando-o como um mediador entre tempo e linguagem. A substituição da narração por uma idéia de maior alcance – a linguagem – não comprometeria, no entanto, as bases da mediação pretendida por Ricoeur. O autor elegeu a narratividade como a melhor operadora do paradoxo temporal por sua capacidade de criar uma mimese do mundo real, a partir da intriga composta pelos eventos de uma história. A narratividade tem o mérito de por-em-intriga, ou seja, de articular em um enredo, eventos dispersos do tempo vivido. Contudo, não somente a narração possui essa capacidade, como também outras operações linguísticas. A matemática, a exemplo, se utiliza de uma série de símbolos abstratos que representam quantidades e possuem aplicações no mundo concreto. A operação abstrata de somar algarismos nasceu da necessidade de se contabilizar toda uma variedade de elementos observados no mundo real, sendo os números entidades aplicáveis a qualquer objeto e ou ser concreto. Não seria a atividade de relacionar números em uma equação, tal como qualquer tipo de operação realizada com eles, uma forma de articulação de elementos do mundo – transcritos e representados em símbolos universais – e, em última análise, uma forma de apreensão linguística de elementos pertencentes ao real, à práxis, ao concreto? Não

²⁸ VITORINO, Júlio César. Recepção e hermenêutica do texto técnico-científico: o caso dos scamilli in pares vitruvianos. In: CONDÉ, Mauro Lucio Leitão. (org). *Ciência e Cultura na História*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006, p. 81.



seriam os gráficos, as equações, as classificações, as projeções e os modelos um modo de organização e apreensão linguística do mundo, operada através de símbolos? Não teriam essas articulações linguísticas a capacidade de produzir uma mimese do mundo concreto e de seus eventos? Não seriam articulações análogas à capacidade de por-em-intriga da narração? Tais operações são utilizadas justamente pela possibilidade de sintetizar e trazer à tona conhecimentos – ou modos de compreensão – que, de outra forma, não emergiriam. Esses modos de compreensão, tal qual se dá na trajetória de M1 à M2, são uma versão possível – e não total ou absoluta – da práxis.

Optamos pela via longa – gerada pelo desvio necessário da substituição da narração pela linguagem no modelo de Ricoeur – para possibilitar a plena aplicação da espiral hermenêutica aos processos científicos. Esse caminho permite comparações, que outrora pareceriam absurdas, entre, por exemplo, um gráfico estatístico e um poema, dado que ambos se constituem como tentativas linguísticas de captação do mundo real, mesmo que sejam absolutamente distintos em sua configuração e em suas aplicações.

Uma segunda objeção à nossa proposta surge, dessa vez como consequência da via que escolhemos trilhar e também como um desdobramento da primeira implicação que apresentamos em relação à aplicabilidade do modelo ricoeuriano para a questão da gênese do conhecimento científico. O que seria a ciência e todo o método científico se, de acordo com a espiral hermenêutica, a transição de M1 a M2 não é perfeita mas, pelo contrário, inacabada? Isso significa dizer, como já apontamos, que o estágio de M2 remete ao real sem, contudo, coincidir plenamente com ele, fornecendo somente uma mimese, uma versão possível. Se o método científico se constitui em oferecer versões, e não sínteses – ou, em outros termos – verdades absolutas, qual seria sua validade? O que distinguiria uma pesquisa conduzida com rigor científico da opinião de um leigo? Ambos não seriam, pelo modelo aqui proposto, uma versão possível – e, portanto, válida – de M1 transformada em uma M2 pela linguagem? Considerando que ambos remetem ao mundo da experiência sem coincidir plenamente com ele, qual seria o critério balizador para definir que as assertivas de um leigo devem gozar de menor relevância se comparadas às de um cientista? Seria pernicioso para o status da produção científica a noção de que da experiência vivida possam brotar múltiplas versões linguísticas? A partir do exame da história da ciência, torna-se evidente que o processo de produção de várias M2 não é somente familiar à ciência como lhe é fundamental. Inúmeras teorias sobre os mesmos fenômenos já estiveram em voga e também foram substituídas – ou ampliadas – por outras.



Além disso, assumimos aqui que as epistemologias de todas as ciências são formulações que se interpõem e mediam a relação entre M1 e M2. As teorias e os métodos científicos guiam, conduzem, formatam e direcionam a relação do observador com seu objeto de estudo. Isso significa dizer que o método científico se interpõe como um condutor entre os estágios de M1 e M2, propondo e orientando o modo como o mundo deve ser percebido e apreendido pela linguagem científica. Um leigo, retomando nosso exemplo, contaria apenas com o próprio bom senso, advindo da cultura geral não científica, para mediar a sua relação com M1 e a sua produção linguística em M2. O leigo teria à sua disposição, conseqüentemente, menos instrumentos para produzir sua compreensão em linguagem. Seria possível considerar, no entanto, que um leigo disporia apenas de instrumentos diferentes, e não necessariamente inferiores, para mediar sua relação com a temporalidade. Nesse caso, a segunda oposição é recolocada, restando apenas o próximo estágio da espiral hermenêutica como resposta: M3, ou seja, a recepção do texto.

A noção de recepção, também citada por Vitorino, anuncia o próximo passo da empreitada pretendida neste estudo. A apreensão linguística produzida por um cientista goza de maior validade porque esse é um critério gerado pelo acordo social. Isso implica dizer que o terceiro estágio da espiral, a M3, é o balizador final que julga a pertinência das múltiplas M2. O estágio da M3 não se encerra, somente, no momento de interpretação de um leitor sobre o texto de M2. Esse estágio nos aponta para um campo de maiores dimensões da espiral, pois engloba não somente a recepção do texto por parte de um leitor, mas de um conjunto de leitores. Essa multiplicidade de leitores é agrupada e nomeada pelo vocabulário corrente, conferindo nomes como “comunidade científica” – dentre outros – aos grupos para os quais a M2 foi destinada.

Considerarmos, enfim, que as ciências, como um todo, produzem, a seu modo e de formas diferentes, uma observação do mundo prático e da experiência vivida, e que tentam apreender esse mundo linguisticamente, organizando-o, explicando-o e dando-lhe forma.

Como já observamos, o corolário da espiral de Ricoeur não é, em sua última instância, uma síntese total. Ao se afastar dessa noção hegeliana, Ricoeur propõe mediações imperfeitas, múltiplas, variáveis. Isso significa, para nós, que a produção científica, em M2, pode variar mesmo diante de um objeto comum. Essa noção não é estranha à Sociologia do Conhecimento Científico atual. O autor Harry Collins, em sua obra *O Golem: O que você deveria saber sobre ciência*, explora-a até as últimas conseqüências. Nesse livro estão descritos diversos experimentos científicos realizados por pesquisadores diferentes em relação a objetos de estudo comuns. Os resultados obtidos por eles foram, no entanto, diferentes. A querela que se abriu, em todos os



casos, não pôde ser resolvida por meio de critérios objetivos, segundo Collins, mas através de uma disputa e um subseqüente acordo de caráter social entre os envolvidos.

O autor analisa a questão envolvendo a suposta comprovação – promovida pelos experimentos de Arthur S. Eddington – da teoria da relatividade de Albert Einstein, da seguinte forma:

Na ocasião, Eddington obteve medidas que estavam de acordo com a previsão deduzida por Einstein, porém seus resultados foram considerados uma confirmação não apenas da previsão, mas também da *teoria* de Einstein. (...)

A lógica desse processo histórico pareceria extremamente razoável sob certas circunstâncias. (...) Mas as observações de Eddington, como muitas medições na ciência, não foram assim. Conforme veremos, elas foram muito inexatas, e algumas estavam até em desacordo com outras. Quando escolheu quais observações deveriam ser consideradas dados e quais seriam “ruído”, isto é, quando resolveu quais manter e quais descartar, Eddington estava levando as previsões de Einstein muito em conta. Sendo assim, Eddington somente pôde alegar ter confirmado Einstein porque utilizou a dedução de Einstein ao decidir quais seriam realmente as suas observações. Contudo as deduções de Einstein somente foram aceitas porque as observações de Eddington pareciam confirmá-las. Observação e previsão estavam vinculadas a um círculo de confirmação mútua e não ao fato de serem independentes uma da outra, como esperaríamos que fosse, segundo a idéia convencional de um teste experimental.²⁹

Esse estudo de caso corrobora as implicações da espiral hermenêutica para a questão do conhecimento científico aqui defendidas. No trecho citado, temos uma situação exemplar que ilustra a forma com a qual o método científico atua como mediador decisivo da relação entre a experiência vivida e a apreensão linguística que se deriva dela. O que está em jogo, no caso citado, é a disputa entre a interpretação newtoniana e a interpretação de Einstein em relação a uma série de fenômenos. Portanto, também é possível perceber aí um exemplo das múltiplas versões possíveis em relação ao mesmo objeto de análise.

Os estudos de Collins nos auxiliam não apenas na noção de várias M2 que objetivam mimeses da mesma M1 como, ao mesmo tempo, reforça o papel decisivo de M3 no processo científico.

A recepção da produção da ciência é o balizador que define, em última instância, o que será ou não será aceito pela comunidade científica. Apenas a partir dessa aceitação é que, em nossos termos, podemos concluir a terceira etapa do círculo hermenêutico, ou seja, a configuração de M3 em uma nova M1, que incorporou em si mesma uma nova “verdade científica”. Collins exemplifica todo o processo da espiral em relação ao caso anterior, concluindo:

²⁹ COLLINS, Harry. *O Golem: O que você deveria saber sobre ciência*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p. 56-57.



Nenhum teste considerado isoladamente foi decisivo ou claro, mas os vários testes tomados em conjunto agiram como um movimento irresistível. É dessa maneira que a cultura da ciência se transformou no que agora consideramos a verdade sobre o espaço, o tempo e a gravidade. (...)

Foi uma verdade viabilizada por um acordo em concordar sobre coisas novas. Não foi uma verdade que nos foi imposta pela lógica inexorável de uma série de experimentos cruciais.³⁰

A contribuição de Ricoeur para o longo debate da gênese do conhecimento científico, como argumentamos, possui implicações relevantes e frutíferas. Sua espiral re-conectou a produção linguística com a práxis, estabelecendo que a primeira só poderia nascer a partir da segunda, oferecendo uma resposta inovadora ao problema do relativismo linguístico e social. Além disso, a pretensão de síntese total – que apagaria a possibilidade de múltiplas produções e interpretações – está ausente em Ricoeur. Isso forneceu condições para a última instância de nossa análise, a saber, que a recepção e aceitação do texto científico – um processo eminentemente social – e sua incorporação como uma “verdade”, é análoga ao processo de transferência da etapa M2 à etapa M3, e sua possível re-figuração em uma nova M1.

Por meio de Ricoeur torna-se possível realizar uma mediação satisfatória entre o realismo científico e o relativismo social e linguístico, na medida em que se aceita o pressuposto, postulado em M1, de que o mundo constituído por símbolos e mediado pela cultura é também permeado pela práxis, pelo concreto e pela ação significativa. A relação sujeito-objeto, enfim, é reconstruída sobre novas bases e termos dentro da espiral hermenêutica do autor. Como pudemos perceber, nenhum dos extremos sai incólume dessa mediação. Por um lado, é preciso re-estabelecer a objetividade científica como “uma versão possível” e não simplesmente como fatos inquestionáveis e universais que falam por si sós. Por outro lado, é preciso reconhecer – mesmo que a relação do observador e seu objeto seja formulada pela conjuntura histórica, social, cultural e linguística – que a produção científica provém, ainda que não diretamente, do mundo da práxis. A linguagem e a temporalidade se encontram, na hermenêutica de Ricoeur, re-conectadas.

62

Recebido: 09/11/2011
Aprovado: 27/02/2012

³⁰ COLLINS, Harry. *O Golem*: O que você deveria saber sobre ciência, p. 67-68.